



COP 22: agro brasileiro é capaz de responder a grandes desafios mundiais

O País se colocado na conferência como ator-chave na produção sustentável de alimentos

Aumentar a produção agrícola mantendo a qualidade dos produtos, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) na agropecuária e, ao mesmo tempo, preservar a maior biodiversidade do planeta é plano do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para os próximos anos. O compromisso foi feito pelo ministro Blairo Maggi, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP22), que se ocorreu em Marrakesh, Marrocos, para debater a aplicação do Acordo de Paris.

O Ministério da Agricultura prevê que o setor agropecuário nacional deverá alcançar a redução de emissões de CO₂ em 0,9 gigatoneladas, entre de 2005 e 2030. Os resultados ambientais do setor agropecuário nacional se devem, especialmente, ao Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Coordenado pelo Mapa, o plano visa práticas sustentáveis que reduzem emissões e retêm carbono por meio da recuperação de pastagens degradadas, do plantio direto na palha, do plantio de florestas e da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF).

As áreas produtivas com sistema integrado somam 11,5 milhões de hectares no país, de acordo com pesquisa patrocinada pela Rede de Fomento de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e realizada pelo Kleffmann Group com acompanhamento técnico da Embrapa Meio Ambiente (SP).

Entre as metas assumidas pelo Brasil na COP21 até o ano de 2030, o setor agrícola se propôs a contribuir com a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens, aumentar em 5 milhões de hectares os sistemas de produção integrada e fornecer matérias-primas para biocombustíveis como etanol e biodiesel, que deverão responder por 18% do consumo energético nacional em 2030. O país tem se colocado na conferência como ator-chave na produção sustentável de alimentos e em produção de serviços ambientais.

Marco legal - A discussão mundial sobre mudanças climáticas teve seu marco legal na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, também conhecida como Eco-92, quando foi elaborado o tratado internacional conhecido como Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Os princípios fundamentais que trariam as diretrizes a serem seguidas por diversos países do globo na tentativa de mitigar os efeitos dessa mudança começaram naquela ocasião e passaram a ser debatidos e negociados, anualmente, em reuniões do foro internacional denominadas Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP).

Dos diferentes aspectos discutidos a cada ano, a agricultura é, sem dúvida, uma das vertentes mais importantes para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Em termos governamentais, é tratada oficialmente na COP pelo Mapa, que conta com o apoio da Embrapa, por meio de sua base de pesquisas e soluções tecnológicas.

A partir do Acordo de Paris, assinado na COP21, foram institucionalizados os compromissos de contribuição brasileiros, chamados Contribuição Nacionalmente Determinada (intended Nationally Determined Contribution – iNDC, sigla em inglês). Após a assinatura, o acordo passou a ser chamado de NDC Brasil e inclui, entre suas contribuições, ações de mitigação, adaptação e meios de implementação para alcance dos objetivos.

O Plano Nacional de Adaptação deve complementar as ações realizadas no âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que tem mostrado resultados por meio do Plano ABC, como a disseminação de tecnologias economicamente atraentes e ambientalmente sustentáveis. Tecnologias decorrentes de pesquisas da Embrapa e que promovem ganhos para os

sistemas produtivos em termos de resiliência às intempéries do clima e ainda reduzem a intensidade de emissões de gases do setor agrícola.

A Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas é uma cúpula internacional, formada por representantes de mais de 190 países, que discutem as bases das negociações para o estabelecimento um acordo internacional.

Fonte: Assessoria de imprensa Mapa

Tayara Beraldi

Assessoria de Imprensa

PECUÁRIA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

Geração de valor na produção intensiva de carne e leite

imprensa@bovinosabc.com.br